



## #18A: REFORMA ADMINISTRATIVA É RETROCESSO! VAMOS À LUTA CONTRA A DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



**Ato Público a partir das 8h, na Praça da Liberdade, contra a PEC 32.**

A Reforma Administrativa proposta pelo governo Bolsonaro e sua equipe econômica pretende desmontar os serviços públicos, demolir a solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras e passar o rolo compressor do capital no acesso aos serviços públicos oferecidos pelo Estado ao povo brasileiro.

Muitas estratégias são utilizadas para influenciar a opinião pública e defender a proposta, mas não podemos nos enganar, precisamos defender os direitos dos atuais e futuros servidores públicos federais, estaduais e municipais, além do acesso gratuito e com qualidade a todos os serviços públicos.

A proposta de Reforma administrativa facilita a demissão de servidores; acaba com o Regime Jurídico Único, fruto de conquistas históricas dos servidores públicos; consolida as tentativas de privatização através das parcerias “público-privado”; fragiliza os mecanismos de concursos públicos para acesso às carreiras, prevendo contratações por vias distintas; privilegia o acesso a cargos públicos, de militares ativos e da reserva, sem concurso, garantindo privilégios e duplicação de renda; também concede mais poderes ao presidente da república para, de forma autocrática, extinguir e/ou criar órgãos sem autorização do Congresso Nacional; e, ainda mais grave, poupa quem ocupa cargos privilegiados, deixando de fora cúpulas do poder constituído e militares.

A situação de pandemia de Covid-19, vem deixando ainda mais evidente a necessidade de um Estado provedor de serviços públicos, o que se torna cada vez mais premente, na contramão dos falaciosos argumentos de que o mercado é o reino ideal para a satisfação das necessidades dos cidadãos e cidadãs. A sociedade precisa, mais do que nunca, de acesso universal aos serviços públicos como saúde, educação, seguridade e assistência social, entre outros.

A PEC 32 foi entregue pelo governo federal ao Congresso em setembro do ano passado. O texto já teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e agora tramita na Comissão Especial. Para aprovar a proposta, são necessários os votos de 308 deputados. Após ser apreciada pelo plenário da Câmara, a matéria ainda precisa ser votada em dois turnos no Senado, antes de ser promulgada. A votação ainda não está pautada na Câmara, mas é evidente que pode ser colocada de maneira urgente a qualquer momento.

Diante dessa situação de ameaças, é urgente a participação do conjunto dos servidores e servidoras na luta contra a Reforma Administrativa. Para fortalecer o movimento, todos e todas devem ajudar participando dos twittaços nacionais contra a PEC 32, compartilhando conteúdo nas redes sociais e indo para a rua para enterrar esse retrocesso.

Para fortalecer a discussão e o entendimento sobre o nefasto projeto de reforma, o Sintrajufe Piauí irá realizar o debate virtual “Reforma Administrativa e Carreira no Judiciário”, na terça-feira (17), com participação da Diretora do Sintrajud/SP, Luciana Carneiro, e mediação da Diretora do Sintrajufe/PI, Madalena Nunes.

No dia 18 de Agosto, quarta-feira próxima, temos um chamado para responder nas ruas. Em Teresina, o Ato Público será a partir das 8h, na Praça da Liberdade. A data foi definida como Dia Nacional de Greve, Paralisação e Mobilização, marcando a greve geral dos servidores públicos contra a Reforma Administrativa.

**O SINTRAJUFÉ Piauí conclama a categoria a se somar às manifestações em defesa do serviço público e contra à PEC 32!**

